Brazilian Journal of Development

"Quem é o inimigo? Quem é você?": a lógica de suspeição da ditadura militar como prática de epistemicídio[1] [2]

"who is the enemy? Who are you?": the logic for suspecting military dictatorship as epistemicide practice

DOI:10.34117/bjdv6n9-667

Recebimento dos originais: 01/09/2020
Aceitação para publicação: 28/09/2020

Stanley Amarante Rodrigues
Formação Acadêmica: Graduado em História pelo Centro Universitário Projeção (2016), graduando em pedagogia pela Universidade de Brasília (2017-) e Especialista em História do Brasil Contemporâneo pelo Centro Universitário Estácio de Brasília (2017-2019).
Instituição de Atuação: Assistente de Educação pela Secretaria Municipal de Educação de Valparaíso de Goiás e membro do grupo de pesquisa e extensão Práticas Pedagógicas Inovadoras da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.
Endereço: Valparaíso de Goiás, Condomínio Vivendas, Setor de Chácara Ypiranga, Rua 2B, casa 38.
E-mail: stanleyamarante3@gmail.com

RESUMO
Este artigo trata da lógica de suspeição da ditadura militar como prática de epistemicídio contra grupos divergentes da moral prevalecente e bons costumes hegemônicos. A problemática da pesquisa é a identificação de tais práticas, assim como a forma pela qual estas podem ser verificadas nas fontes disponíveis. Os objetivos são identificar e caracterizar estas práticas, assim como os principais grupos discriminados; além disso, procura-se ressaltar a importância de reconhecer a existência de práticas epistemicidas na sociedade brasileira, pois não se pode permitir que práticas deslegitimadoras da luta pela igualdade entre os diferentes e justificadora da violência contra marginalizados se perpetue. Quanto aos procedimentos metodológicos foram utilizadas a análise documental e bibliográfica usando a abordagem da análise textual. Como resultado pode-se apontar a existência de uma política de Estado baseada em forte lógica de suspeição viabilizadora de práticas epistemicidas alvejando minorias representativas e visando transforma-las no inimigo, empreendendo a desumanização destes. Vale ressaltar que tais práticas nem sempre foram oficialmente instauradas, mas os discursos de vítimas e opressores as tornam distinguíveis.

Palavras-chave: Regime Militar, Lógica de Suspeição, Epistemicídio, Desumanização.

ABSTRACT
This article deals with the suspicious logic of the military dictatorship as a practice of epistemicide against groups that diverge from the prevailing morality and good hegemonic customs. The research problem is the identification of such practices, as well as the way in which they can be verified in the available sources. The objectives are to identify and characterize these practices, as well as the

[1] O texto deste artigo surgiu na forma de ensaio crítico sobre temáticas discutidas na disciplina "**A propaganda e estratégia de espionagem e repressão**" ministrada pelo professor Ms. Francisco Phelipe Cunha Paz no segundo semestre de 2017; por sua vez, a pesquisa que resultou neste trabalho foi também apresentada no X Seminário de Pesquisa e I Amostra de Pesquisa Científica da Estácio com culminância em outubro de 2018; o atual artigo foi apresentado como exigência parcial para conclusão do curso de especialização em História do Brasil Contemporâneo.
[2] Vale pontuar que o título do artigo tem origem na música "Soldados" da banda Legião Urbana.

main discriminated groups; in addition, it seeks to emphasize the importance of recognizing the existence of epistemic practices in Brazilian society, as it cannot be allowed to delegitimize practices in the struggle for equality between the different and justify violence against the marginalized. As for the methodological procedures, documentary and bibliographic analysis was used using the textual analysis approach. As a result, it is possible to point out the existence of a State policy based on a strong logic of suspicion that makes epistemic practices possible, targeting representative minorities and aiming to transform them into the enemy, undertaking their dehumanization. It is worth mentioning that such practices were not always officially established, but the speeches of victims and oppressors make them distinguishable.

Keywords: Military Regime, Suspicious Logic, Epistemicide, Dehumanization.

"Histórias têm sido usadas para expropriar e tornar maligno. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida.
[...]
Eu gostaria de finalizar com esse pensamento: Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história sobre nenhum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso."

Chimamanda Adichie: o perigo de uma única história (2009), conferência ao TED.

1 INTRODUÇÃO

A principal problemática da pesquisa envolve a identificação da prática epistemicida inserida na lógica de suspeição na política de Estado do regime militar brasileiro assim como a forma pela qual tais elementos podem ser verificados na documentação disponível até o momento. Este não é um tema novo, já se falou no campo historiográfico tanto sobre a lógica de suspeição como sobre o epistemicídio, mas acredita-se que este trabalho seja inovador ao trabalhar a relação de ambos no período concernente ao regime militar.

Neste artigo fez-se uma breve análise sobre a lógica de suspeição instaurada durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985) buscando enquadrá-la como uma forma de epistemicídio de grupos divergentes da moral tradicional e dos bons costumes hegemônicos. Para isso foi tomada como referência à tese de doutorado (sobre o epistemicídio) de Aparecida Sueli Carneiro (2005), artigo de Marionilde Dias Brepohl de Magalhães (1997) referente a lógica de suspeição – estes dois trabalhos podendo ser considerados o núcleo deste artigo –, além de alguns textos referentes à repressão de minorias que se enquadravam nos critérios de subversão do regime militar e sobre o próprio regime militar.

O artigo visa identificar e caracterizar as práticas epistemicidas, assim como o que era tido como moral prevalecente e bons costumes hegemônicos, além dos principais grupos tidos como divergentes. Outro ponto que se procura ressaltar é a importância de reconhecer a existência de práticas epistemicidas não só no período da ditadura, mas também na atual sociedade brasileira, a

Brazilian Journal of Development

fim de opor-se a perpetuação de práticas deslegitimadoras da luta pela igualdade de condições entre os diferentes (homossexuais, negros, representantes da esquerda política, entre outros) e/ou justificadoras da violência contra grupos marginalizados (sofredores de violência física e/ou simbólica).

A motivação para a escolha desta temática está em sua relevância social e na lacuna com relação ao tema que, mesmo não sendo inexplorado, costuma ser abordado de forma tangencial, fato percebido a partir da dificuldade em encontrar estudos aprofundados sobre a temática. Daí a preocupação em fornecer ao campo da História do Brasil e do período de governo militar um tema bastante trabalhado, mas sobre uma ótica inovadora: a da relação entre lógica de suspeição – já bastante discutida na academia – e lógica epistemicida – que vem ganhando mais espaço recentemente – no referido período.

Há ainda uma significativa invisibilidade da prática de violência contra grupos não vinculados às esquerdas e depreciação dos excessos cometidos pelo regime militar em função de divergências ideológicas, culturais, étnicas e/ou de hábitos sexuais. Embora existam uma riqueza de estudos sobre estes grupos faz-se interessante buscar entende-los sob a ótica da relação suspeição-epistemicídio.

Partindo da ideia de que o método científico pode ser definido como um conjunto de regras básicas que torne possível ao cientista desenvolver seu objetivo de produzir conhecimento faz-se necessário que se apresentem os métodos pelos quais esta pesquisa foi orientada. Optou-se por uma abordagem qualitativa, ou seja, que considera haver um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. Em vista disso, procura-se fazer a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados ao objeto desta pesquisa.

Para a construção deste trabalho adotou-se o modelo de pesquisa exploratória, pois este tem como objetivo procurar padrões, hipóteses ou ideias, ao mesmo tempo em que não existem muitos estudos sobre a temática, sendo este trabalho mais uma busca por apontar a importância do tema do que propor qualquer esboço teórico mais sólido e consistente. No entanto, devo ressaltar que tal esboço será traçado na esperança de que seja futuramente aperfeiçoado ou mesmo contestado em um estudo mais aprofundado.

A despeito disso, os modelos de pesquisa mais predominantes neste trabalho são a análise bibliográfica e a análise documental. O bibliográfico baseia-se na consulta a livros ou outros tipos de documentação escrita (artigos, periódicos, dissertações, teses, etc.) a fim de obter informações para a compreensão do fenômeno ou responder a perguntas da pesquisa. A pesquisa documental, por sua vez, é semelhante à pesquisa bibliográfica, mas é elaborada a partir de documentos que

Brazilian Journal of Development

ainda não receberam ou receberam pouco tratamento analítico como relatórios, textos oficiais, periódicos e folhetos da época, etc.

Foram utilizadas na coleta de informações acervos disponíveis na internet: de artigos científicos, reportagens, entrevistas, capítulos de livros sobre temas correlatos, além dos relatórios da Comissão Nacional da Verdade e alguns de seus ramos na esfera estatal. A abordagem adotada é a da analise textual ou do discurso (BARROS, 2012; CARDOSO e VAINFAS, 1997), optando por uma análise múltipla fundada nos aspectos intratextuais (aspectos internos do texto, este como objeto de significação), intertextuais (relação do texto com outros textos) e contextuais (a relação do texto com a realidade que o produziu e que o envolve).

Na primeira parte do desenvolvimento optou-se por discutir sobre a importância de uma perspectiva crítica sobre a constituição da memória e história relativas ao governo militar brasileiro (1964-1985). Na segunda parte, seguiu-se fazendo uma exposição dos principais conceitos e teorias utilizadas para o entendimento do problema, apresentando e relacionando-as com a dúvida investigada. Na terceira e última parte, tratou-se de alguns dos grupos discriminados pela lógica de suspeição-epistemicídio do governo militar e como estes foram afetados, restringindo-se aos negros, mulheres e homossexuais.

2 O PERIGO DE UMA MEMÓRIA/HISTÓRIA HEGEMÔNICA SOBRE A DITADURA MILITAR: UM EPISTEMICÍDIO DO FATO HISTÓRICO?

Comecemos com uma breve reflexão sobre a constituição de uma memória/história hegemônica excludente em relação à ditadura militar brasileira instaurada em 1964 buscando enquadrá-la como uma forma de epistemicídio do fato histórico. Para isso apontamos a tese de doutorado de Aparecida Sueli Carneiro (2005) e da fala da escritora nigeriana Chimamanda Adichie (2015), além de algumas ideias de Carlos Fico (2013) referentes à ditadura militar.

O Regime Militar foi o período em que o Brasil foi governado pelos militares. Teve início em 1964, com o golpe militar que derrubou o governo de João Goulart, e terminou em 1985, com pressões internas e externas para o fim do regime que cassou direitos políticos, prendeu milhares de pessoas, enviou outras tantas para o exílio e executou opositores do governo.

O primeiro militar a assumir o poder foi Humberto de Alencar Castello Branco, que governou o país de 1964 a 1967. Durante a sua administração foi instituído o primeiro Ato Institucional, o AI-1, que cassou os mandatos políticos dos opositores à ditadura e tirou a estabilidade do funcionalismo público. As eleições para presidente passaram a ser indiretas e somente dois partidos estavam autorizados a funcionar: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (Arena).

Brazilian Journal of Development

O governo seguinte foi do marechal Arthur da Costa e Silva. Os ânimos começavam a se exaltar, a guerrilha urbana ganhava nomes e faces. Nesse período aconteceram greves de operários e protestos de estudantes em todo o país. O governo respondeu com um endurecimento do regime golpeando fortemente a sociedade com o Ato Institucional número 5, o AI-5. Juízes perderam seus direitos e garantias como as do *habeas-corpus* deixaram de ser respeitadas e a repressão tornou-se voraz.

O governo seguinte, do general Emílio Garrastazu Médici ainda foi mais implacável com os opositores ao regime. Líderes como Carlos Marighella foram mortos na guerrilha urbana. Jornais, revistas, livros, peças teatrais, filmes, músicas, tudo tinha de passar pelo crivo dos censores. A tortura estava instituída em todas as polícias do país. Movimentos de oposição, como o que tomava corpo na região do rio Araguaia (fronteira entre Pará e o atual estado do Tocantins), foram fortemente reprimidos. Muitos mortos e outros tantos ditos como desaparecidos foram o resultado da repressão.

Em 1974, Médici deixou o cargo para o general Ernesto Geisel, que deu início a um vagaroso processo rumo à democracia. Mesmo assim, mortes de opositores continuavam a acontecer. O jornalista Vladimir Herzog foi um deles. Herzog foi assassinado nas dependências do Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna, o temido DOI-Codi, em São Paulo. Em 1978, Geisel acabou com o AI-5, a abertura se aproximava.

O último presidente militar foi o general João Baptista Figueiredo, que governou o país de 1979 a 1985. Com o processo democrático em curso, Figueiredo decretou a Lei da Anistia, que deu direito a todos os exilados retornarem ao país. Em 1979, uma vitória importante: foi restabelecido o pluripartidarismo no país. Em 1984, o movimento das Diretas Já tomou as ruas. Um ano depois, o deputado mineiro Tancredo Neves, da Aliança Democrática, vencia as eleições para a presidência da República. Era o fim da ditadura militar. Em 1988, os parlamentares brasileiros aprovaram uma nova constituição para o país.

Em acordo com Carlos Fico (2013) pode-se dizer que o golpe de 1964 foi civil-militar em função da participação de seguimentos significativos da sociedade civil, entretanto, o governo que se seguiu foi essencialmente militar. Segundo o autor:

> [...] o golpe foi executado também por civis, mas o regime que se seguiu foi eminentemente militar. Logo depois do golpe, os próprios civis que participaram foram paulatinamente afastados, entre os quais Carlos Lacerda e Adhemar de Barros, além de outras lideranças civis. Tudo foi decidido pelos militares. Não havia nenhuma possibilidade de negociação. (2013, pp. 469-470)

Brazilian Journal of Development

Tal apoio civil permaneceu, em alguma medida, até o final do regime e mesmo após seu término, pois existe ainda uma memória que vê no período da ditadura uma época de crescimento econômico e segurança para "as pessoas de bem". Em vista disso, destacamos a tradição de autoritarismo no Brasil que acaba reforçando a cristalização dessa memória e de discursos justificadores dos excessos cometidos e críticos aos opositores do regime. A própria postura do Estado brasileiro endossa tal memória na medida em que protege os militares e seus agentes de julgamentos e permite a estes manter-se isentos de qualquer investigação e "constrangimento". Outro ponto que favorece a dificuldade de sustentar uma busca efetiva e sólida verdade (ou o mais próximo dela que se possa chegar) no campo historiográfico é a pouca visibilidade dada às fontes comprometedoras do regime militar e mesmo as restrições impostas quanto ao acesso a estas documentações.

Fico (2013) ao ser questionado sobre o documentário "*O dia que durou 21 anos"* de Camilo Tavares e a importância da mídia na forma como o golpe foi visto posteriormente se posiciona levantando a veracidade da conspiração contra o presidente João Goulart destacando que:

> O documentário dramatiza uma situação, mas que é absolutamente verdadeira. Houve realmente uma conspiração. Hoje, sem a guerra fria, podemos considerar isso um pouco rocambolesco. Como é que o governo da principal potência mundial cogita invadir o Brasil, com mariners e um porta-aviões monumental? Isso é uma coisa tão aparentemente sem sentido, que é preciso fazer um esforço histórico muito grande para compreender porque foi possível naquele momento. Mas de fato houve essa conspiração, articulada com generais brasileiros de confiança do Castelo Branco. O Presidente João Goulart não resistiu porque foi avisado disso. Nós temos provas documentais de tudo isso. (2013, p. 473)

Pode-se perceber que não se pode creditar as versões oficiais sem antes ter acesso as documentações que sustentem as informações divulgadas. Deve-se sempre buscar ouvir mais de uma voz sobre um determinado acontecimento como mostra a documentação estadunidense liberada para fazer o referido documentário.

Por sua vez, na fala de Adichie (2015) é destacada a impressão que tinha de si própria, de seus compatriotas e dos estadunidenses e europeus. A escritora afirma que a grande maioria do material que consumia (enquanto leitora, espectadora, etc.) era produzido por estrangeiros e possuía elementos estrangeiros e, em vista disso, a visão que ela construía do mundo era baseada nisso. O que a levou a ter vários preconceitos, inclusive em relação a si própria enquanto africana. No entanto, após ter contato com produções de africanos pode perceber esses preconceitos e inclusive identificá-los em outros em relação si mesma, constatou que frente a essa história hegemônica não havia nenhuma possibilidade de uma conexão como humanos iguais. Sua conclusão é o que mais nos interessa: uma história única pode tornar-se instrumento de desumanização do outro (entendido

Brazilian Journal of Development

como aquele que não pertence à matriz originadora do produtor desse material hegemônico). Nesse sentido, Fico (2013) aponta que os governantes do período militar:

> Anos depois, na década de 1970, com o predomínio da TV, houve um "acordo de cavalheiros" para a cessão de vários minutos diários na televisão e os militares os usaram para fazer a propaganda que bem queriam. Este é um contexto diferente, quando estão totalmente senhores da situação. (2013, p. 474)

Quanto ao epistemicídio, como diz o próprio nome, uma forma de matar o pensamento/conhecimento, constituiu-se num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação cultural, seja pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, seja do conhecimento produzido pelos grupos dominados. O epistemicídio vai além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados é também um processo persistente de produção da indigência cultural, ou seja, da criação de uma cultura, história, memória que exclui aquelas que não estão em concordância com suas matrizes (CARNEIRO, 2005). Daí o questionamento: "Seria o Estado brasileiro conivente com uma prática epistemicida ao permitir a impunidade daqueles que promoveram uma grave agressão aos direitos humanos, tanto do ponto de vista jurídico como do histórico ao não "macular" a memória dos agentes da repressão e de seus superiores?". A resposta seria positiva, pois o Estado – aqui concebido como modelo democrático de governo que deve, portanto, buscar o melhor para seus cidadãos – deveria adotar uma postura defensora dos direitos humanos e não fomentar posturas que permitam a impunidade daqueles que tornem a repressão de significativos seguimentos da sociedade uma política de Estado.

Em vista disso, procura-se pontuar aqui, tal como Adichie, o perigo de uma história única (hegemônica e excludente) sobre o regime militar e traz-se uma fala da escritora nigeriana que tem muita relevância para os historiadores e que justifica a importância do trabalho desse profissional enquanto pensador crítico e reflexivo da produção historiográfica seja ela de proveniência acadêmica ou não: "*Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida*." (ADICHIE, 2015). Cabe, portanto, ao historiador o papel de refletir sobre essa história/memória hegemônica a respeito da ditadura que apenas a suaviza e/ou enaltece sem fazer a devida problematização; o historiador deve proporcionar novas histórias e coloca-las em evidência.

Brazilian Journal of Development

3 DA LÓGICA DE SUSPEIÇÃO À PRÁTICA EPISTEMICIDA

Primeiramente tratarei do que os militares consideravam divergente da moral e dos bons costumes. O regime militar foi guiado por dois objetivos principais: manutenção da ordem e crescimento econômico. Em consonância com esta ideia o Coletivo Mais Verdade[3] (2015) faz algumas pontuações com relação a Ditadura enquanto forma de implementação de um modelo de desenvolvimento:

> O período que se sucedeu ao golpe foi caracterizado pela formação de grandes grupos econômicos nacionais e por altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), em especial entre os anos de 1969 e 1973, no que os ideólogos do regime chamaram de "milagre econômico".
> A política econômica da ditadura favoreceu e acelerou a centralização e concentração de capitais principalmente, por meio da política salarial restritiva e da criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que eliminou entraves de encargos trabalhistas nos processos de fusões e aquisições de empresas. Do ponto de vista social, os trabalhadores foram extremamente penalizados neste período. (2015, p. 62)

Deve-se entender que o primeiro (a manutenção da ordem), ponto que mais nos interessa, encontrava-se inserido na lógica da Doutrina de Segurança Nacional em que se fazia necessário reprimir preventivamente qualquer atividade considerada suspeita por se afigurar como potencialmente perturbadora da ordem, assim nenhum grupo subversivo, ou com tendências subversivas, articular-se-ia em movimento que pudesse perturbar a ordem. Dessa forma, qualquer grupo com a potencialidade referida poderia ser enquadrado na categoria de possível subversivo. Mais adiante irei me aprofundar nos que se tornavam alvo ou ao menos foco de atenção para o regime. O Coletivo Mais Verdade (2015) complementa:

> [...] a ditadura permitiu a obtenção de vantagens e favores para segmentos específicos do empresariado. De forma mais geral, garantiu um ambiente propício para os negócios, sufocando manifestações sindicais e a luta pela extensão dos direitos. Com isso, muitos empresários se dedicaram ao financiamento direto da repressão política. Ficou célebre a participação de Hening Boilesen, do grupo Ultra, não só no financiamento, mas também nas próprias sessões de tortura de militantes de oposição, embora existam evidências de que outros civis compareciam às dependências de locais onde eram perpetradas graves violações aos direitos humanos (2015, p. 69).

Magalhães (1997) busca evidenciar a figura do informante, com ênfase naquele que colaborou espontaneamente com a polícia política, e dá destaque as suas ações na prática da repressão preventiva revelando como esta levou a uma lógica de suspeição que abrangeu a sociedade brasileira durante a maior parte do regime militar. Essa lógica baseia-se na prática da repressão preventiva efetivada a partir da vigilância e controle cotidiano postos em prática pela

[3] Composto por Demian Melo, João Braga Arêas, Marcos Arruda e Pedro Henrique Pedreira Campos colaboradores da Comissão Estadual da Verdade - Rio.

Brazilian Journal of Development

"comunidade de informações". Tal comunidade tinha uma organização própria, era dirigida pelo SNI (Serviço Nacional de Inteligência) e ramificavam-se pelas três armas, a polícia federal e as polícias estaduais tendo como auxílio os órgãos do CODI-DOI (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna). Havia também uma rígida hierarquia em que o presidente estava no topo, seguido pelo Conselho de Segurança Nacional, equipe executiva do SNI, órgãos coordenados por militares, analistas de informações, interrogador, monitor, captores, pessoal administrativo e o de carceragem, por fim os mais importantes para a autora: os informantes.

Os informantes, por sua vez, eram organizados em níveis – de A à F – e subníveis – de 1 a 6 – sendo o nível A1 o de maior credibilidade e o F6 o de menor. De forma geral, os agentes de nível A e B eram pessoas treinadas por membros da inteligência ou membros do alto escalão, já os do tipo C eram membros mais comuns do próprio corpo militar. Os agentes de nível D, C e F eram informantes eventuais ou espontâneos, fosse por convicção, fosse para receber algum benefício de caráter pessoal. Magalhães (1997) destaca que:

> A seleção de pessoal para o exercício de funções repressivas submetia-se a um conjunto de critérios cuidadosamente elaborado, seguindo uma rígida hierarquia: no topo da pirâmide situava-se o presidente da República e como seu staff para assuntos de segurança, o Conselho de Segurança Nacional e a equipe executiva do SNI. A este organismo subordinavam-se os órgãos de repressão alocados em todas as regiões do país, cada um deles coordenado por um militar. Para assessorá-lo, contrataram-se analistas de informações, concebidos como a elite do sistema; estes subsidiavam seus superiores com dados e informações já processados e recomendavam programas e planos de ação. Para tanto, tinham de freqüentar [sic] cursos ministrados pela Escola Nacional de Informações - EsNI, uma instituição cujos currículos foram delineados com o apoio técnico de profissionais ligados às áreas de segurança da Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos. (1997, p. 2)

A técnica de infiltração desses agentes consistia em suspeitar, em princípio, de todos, coletar e arquivar quaisquer dados obtidos e entregá-los, por escrito, à polícia. O inimigo ou aqueles a ele associados eram rotulados como: terrorista, fanático comunista, esquerdista ou socialista, subversivo, autor de atos indiretamente subversivos, inocente útil.

No entanto, o mais interessante tópico trazido pela autora para esse texto é a ideia de fabricação do informante. Magalhães (1997) propõe uma forma mais prática de entender as formas como esse informante era "fabricado":

> Para entendermos esta máquina de propaganda recorramos, primeiramente, ao historiador Pierre Ansart que, analisando as diferentes feições do trabalho ideológico, instância em que é operada não a violência física, mas a violência simbólica, distingue três campos a partir dos quais os discursos são elaborados: a ortodoxia apoiada, que é alcançada pela difusão de mensagens aceitas, na maioria das vezes, de forma espontânea; a ortodoxia consentida, que significa uma forma organizada e sistemática de inculcação e controle sobre a opinião pública, e a ortodoxia terrorista, em que os discursos racionais são substituídos por uma linguagem prenhe de mitos, com o objetivo de garantir total obediência aos poderes oficiais.

> Neste nível, os indivíduos deixam de ser meros receptores das mensagens, e passam à condição de entusiastas defensores da verdade. (1997, p. 3)

Ou seja, o Estado, sob regime dos militares, operava uma política de propaganda de alcance restrito, dirigida a uma pequena parcela da população operando em três níveis: (1) difusão de mensagens com ideias de interesse do Estado que seriam aceitas com mais facilidade; (2) inculcação e controle sobre a opinião pública; e (3) uma linguagem prenhe de mitos. O Estado apresentava-se como protetor da nação, figurando como o pai severo, porém protetor.

Dentro dessa lógica o "inimigo" é apresentado, cotidianamente, como dotado de uma força demoníaca, contra quem não adianta querer combater ou controlar, mas impõe-se destruir, para que assim, e só dessa forma, seja garantido o bem-estar da sociedade. Deste modo, o inimigo é desumanizado abrindo as portas para a violência a todos que se possa enquadrar na figura desse vago "inimigo". O Estado frisa em seus informes que o inimigo pode ser qualquer um e recomenda que se suspeite de tudo e todos, sejam estudantes, brincadeiras inocentes, hospitais, advogados, jornalistas, professores, até mesmo seus vizinhos: daí a ideia da lógica de suspeição. Essa lógica fica bem evidente ao observarmos o conteúdo de panfleto distribuído aos informantes do SNI à época do regime militar:

> Decálogo da Segurança
> 1 - Os terroristas jogam com o medo [sic] e o pânico. Somente um povo prevenido e valente pode combatê-los. Ao ver um assalto ou alguém em atitude suspeita, não fique indiferente, não finja que não viu, não seja conivente, avisa logo a polícia. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive do anonimato.
> 2 - Antes de formar uma opinião, verifique várias vezes se ela é realmente sua, ou seja, se não passa de influência de amigos que o envolveram. Não estará sendo você um inocente útil numa guerra que visa destruir você, sua família e tudo o que você mais ama nesta vida?
> 3 - Aprenda a ler jornais, ouvir rádio e assistir TV com certa malícia. Aprenda a captar mensagens indiretas e intenções ocultas em tudo o que você vê e ouve. Não vai se divertir muito com o jogo daqueles que pensam que são mais inteligentes do que você e estão tentando fazer você de bobo com um simples jogo de palavras.
> 4 - Se você fôr [sic] convidado ou sondado ou conversado sobre assuntos que lhes pareçam estranhos ou suspeitos, finja que concorda e cultive relações com a pessoa que assim o sondou e avise a polícia ou o quartel mais próximo. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive do anonimato.
> 5 - Aprenda a observar e guardar de memória alguns detalhes das pessoas, viaturas e objetos, na rua, nos bares, nos cinemas, teatros e auditórios, nos ônibus, nos edifícios comerciais e residenciais, nas feiras, nos armazéns, nas lojas, nos cabeleireiros, nos bancos, nos escritórios, nas estações ferroviárias, nos trens, nos aeroportos, nas estradas, nos lugares de maior movimento ou aglomeração de gente.
> 6 - Não receba estranhos em sua casa, mesmo que sejam da polícia - sem antes pedir-lhes a identidade e observá-los até guardar de memória alguns detalhes: número da identidade, repartição que expediu, roupa, aspecto pessoal, sinais especiais, etc. O documento também pode ser falso.
> 7 - Nunca pare seu carro solicitado por estranhos, nem lhes dê carona. Ande sempre com as portas de seu carro trancadas por dentro. Quando deixar o seu carro em algum estacionamento ou posto de serviço, procure guardar alguns detalhes das pessoas que o cercam.

Brazilian Journal of Development

> 8 - Há muitas linhas telefônicas cruzadas. Sempre que encontrar uma delas, mantenha-se na escuta e informe logo a polícia ou o quartel mais próximo. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive do anonimato.
> 9 - Quando um novo morador se mudar para o seu edifício ou para o seu quarteirão, avise logo a polícia ou o quartel mais próximo. As autoridades lhe dão todas as garantias, inclusive do anonimato.
> 10 - A nossa desunião será a maior força [sic] de nosso inimigo. Se soubermos nos manter compreensivos, cordiais, informados, confiantes e unidos, ninguém nos vencerá. (DEAP/DOPS, Pasta SNI, 1969.)

Magalhães (1997) fala também da fabricação do medo e do empenho do governo militar em produzir continuamente notícias que estão a falar de um perigo iminente. O governo encontra eco para as ideias da "revolução de 1964" em alguns segmentos da sociedade, entre os quais são destacados os agentes que compõe majoritariamente os níveis D, E e F: funcionários públicos e membros de entidades e associações da própria sociedade civil, comprometidos com ideologias conservadoras e radicalmente anticomunistas. A designação de um determinado grupo como elemento perigoso suscita sentimento de rejeição e medo, passíveis de serem instrumentalizados politicamente por diversos organismos, sejam ou não de caráter oficial e é isso que a ditadura faz e incita a população a fazer.

É nesse tipo de ambiente que a negação do diferente, daquilo com o que não se identifica torna-se mais forte como prática social. O Brasil, como um país construído em forte base eurocentrista e valores tradicionais, conservadores do ponto de vista social, tende a ver como subversivo elementos culturais ou comportamentais que não se enquadrariam nas práticas sociais de várias minorias políticas dentre as quais destaco negros (divergência étnica), pessoas ligadas à esquerda política (divergência ideológica), LGBTTT (divergências de hábitos sexuais) e mesmo as mulheres. Com relação a estas últimas, Magalhães (1997) destaca o apego a moral conservadora presente no perfil traçado pelos orientadores do SNI:

> - Às mulheres é dispensado um tratamento diferenciado no ato de informar: se consideradas subversivas, sua vida privada é quase sempre devassada, como se a atividade política fosse uma decorrência de sua moral sexual; se os homens conquistam adeptos para a sua causa por meio de técnicas de propaganda, aquelas se valem da sedução. Amasiam-se, prostituem-se, usam drogas. Pelo conteúdo dos registros, pode-se afirmar que a maioria dos informantes possui um radical desprezo pela mulher subversiva, considerada, a um só tempo, degradada e perigosa. Neste caso, o seu espaço de convívio privilegiado, o lar, e o papel de esposa e mãe de família, foram sufocados em nome de uma postura agressiva, tipicamente masculina. (MAGALHÃES, 1997, pp. 6-7)

É nesse tipo de contexto que o epistemicídio – como diz o próprio nome, uma forma de matar o pensamento/conhecimento – que segundo Carneiro (2005) constitui-se num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação cultural, seja pela negação que empreende da legitimidade das formas de conhecimento, seja do conhecimento produzido pelos grupos

Brazilian Journal of Development

dominados. O epistemicídio vai além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados: é também um processo persistente de produção da indigência cultural, ou seja, da criação de uma cultura, história, memória que exclui aquelas que não estão em concordância com suas matrizes. Este tipo de prática epistemicida abre portas para a violência física com relação aos grupos que dela são alvo, pois – ao operar a desumanização de um grupo – legitima o tratamento destes como não-humanos ou como humanos de segunda categoria. Para a autora:

> [...] o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a [sic] educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima [sic] pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento "legítimo" ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra [sic], mutila a capacidade de aprender etc. (CARNEIRO, 2005, p. 97)

Como já dito, pressupõe-se que o Estado, em seu modelo democrático de governo deve buscar o melhor para seus cidadãos, adotar uma postura defensora dos direitos humanos e não fomentar posturas que permitam marginalizar diversos segmentos da sociedade e ainda por cima dar impunidade aqueles que tornem a repressão de significativos seguimentos da sociedade uma espécie de política de Estado sancionada aos cidadãos.

Seguem alguns exemplos breves, porém significativos, de três grupos que foram prejudicados por esta lógica de suspeição viabilizadora de uma postura epistemicida que já existia em nosso país, mas foi em muito agravada durante os governos militares. Optou-se, por questões práticas da pesquisa e do acesso a fontes, por trabalhar apenas com os grupos que englobassem negros ou mulheres ou homossexuais. Ressalta-se, entretanto, que houveram diversos outros grupos extremamente prejudicados dentre os quais cito as comunidades indígenas – que foram sistematicamente desestruturadas pelas instituições governamentais –, as comunidades rurais e os partidários políticos da esquerda – aí inclusos militares, artistas, políticos profissionais.

4 DOS NEGROS

Há hoje artigos, reportagens, pesquisas que evidenciam a criminalização desses segmentos que se tornaram alvos da prática epistemicida, da lógica de suspeição e da repressão do governo militar. Esse é o caso apresentado no artigo "Dançando sob a mira dos DOPS: Bailes soul, racismo e ditadura nos subúrbios cariocas nos anos 1970" por Lucas Pedretti Lima (2017). Este afirma que

Brazilian Journal of Development

ao aprofundar as pesquisas, novos arquivos foram surgindo e observou-se também que os bailes soul foram objeto de investigação de outros órgãos da estrutura de repressão do regime. Mostra assim que a violência de Estado atingiu com especial intensidade grupos sociais que não costumavam figurar nas histórias e memórias sobre os anos de chumbo: Indígenas, homossexuais, mulheres, negros, moradores de favelas e periferias. Segundo Lima (2017):

> [..] quando realizávamos pesquisa para a Comissão da Verdade do Rio, nos deparamos com algo diferente: eram filipetas dos anos 1970, que divulgavam bailes de música soul em clubes dos subúrbios cariocas, promovidos por equipes de som como Furacão 2000 e Soul Grand Prix. Apreendido pela polícia política, esse material constitui uma pequena parte de um conjunto de documentos que viriam a ser produzidos pelo DOPS sobre o tema. De relatórios de diligências em bailes a registros de interrogatórios de DJs, a documentação demonstra uma grande preocupação do órgão com a realização dos eventos. (2017, p. 2)

O autor trata especificamente de exemplificar o caso de um ofício enviado a um delegado de polícia civil que ao ser comunicado da realização de bailes soul emitiu comunicado de claro teor racista. Explica que para os agentes da polícia política os bailes eram uma ameaça à democracia racial (ideia defensora da harmonia e igualdade entre as "raças" no Brasil) aspecto supostamente constitutivo do "nosso povo".

A leitura de material documental permite apreender uma lógica dos agentes da repressão que pode ser explicitada, grosso modo, como se não existisse racismo no Brasil e que, em vista disso, quaisquer mobilizações que colocam em debate o tema da discriminação contra negros ou que promovem a valorização da cultura negra são subversivas, pois criariam um problema racial. Este tipo de postura figuraria como um claro exemplo da deslegitimação de um movimento de valorização da cultura negra (e também de prática epistemicida) por esta divergir das crenças e costumes hegemônicos. Tais movimentos eram associados a elementos negativos apenas por destoar do ideal de ordem do regime como nos mostra a seguinte passagem ao falar sobre um dossiê do SNI intitulado "Racismo Negro no Brasil" com mais de 400 páginas:

> Nos documentos do dossiê, são correntes as análises apontando que o "Movimento Comunista Internacional", a "Internacional Socialista" ou os "subversivos" e "terroristas" estariam "se infiltrando", "se aproveitando" ou "explorando" o tema do racismo. Tais formulações demonstram a incapacidade dos agentes da ditadura de conceber que os próprios negros pudessem formular críticas, se organizar de forma autônoma e se articular politicamente para denunciar a opressão e o racismo. (LIMA, 2017, p. 5)

As novas fontes que vem se tornando alvo de estudo abrem novos caminhos para percebermos as particularidades das transgressões cometidas contra negros(as) durante o governo militar. Notar essa violência por mediação da perspectiva histórica permite compreender os diferentes nuances da questão racial ao longo do tempo. Simultaneamente, ajuda a construir novos

Brazilian Journal of Development

mecanismos para lutar contra uma violência que se iniciou na escravização de mulheres e homens do continente africano e hoje se manifestada no genocídio da população negra nos becos e vielas do Brasil.

Não se pode mais negar a existência de racismo e discriminação racial no período militar, nem mesmo nos dias atuais. Não cabe mais no meio acadêmico a crença na "harmonia das raças", tal paradigma foi a muito abandonado como ilusório. Nesse sentido Pires (2015) afirma que:

> Os séculos de escravidão do Brasil deixaram marcas profundas, muitas das quais luta-se ainda hoje para superar. Nosso passado colonial-escravista engendrou uma sociedade extremamente racista, em que negras e negros são recorrentemente alvos da violência do Estado. Durante a ditadura de 1964, esta violência foi aprofundada e ganhou contornos específicos. (2015, p. 125)

Como vimos a ditadura adotou o mito da democracia racial como mecanismo ideológico de controle, seja de forma consciente ou não, e monitorava de forma específica e destacada as mobilizações negras, em especial as de cunho antirracista alegando o combate ao racismo. Pires (2015) também aponta a presença do racismo institucional e a violência estrutural como características do regime militar:

> *Blitzes*, prisões arbitrárias, invasão a domicílio, expropriação de seus lugares de moradia (através de remoções), tortura física e psicológica, além do convívio com a ameaça latente dos grupos de extermínio marcaram a realidade de homens e mulheres negros, principalmente dos moradores de favelas, do subúrbio e da Baixada Fluminense. Tratava-se da implementação pelo Estado de uma política criminal enraizada no colonialismo escravocrata brasileiro. (2015, p. 126)

A autora traz também alguns testemunhos que endossam seu posicionamento, dentre esses destaco a de um fundador de equipe de som Soul Grand Prix que dizia que os pentes que usavam para pentear o cabelo eram apreendidos como armas, este afirmava que os "pretos" já eram considerados culpados "de cara", além disso pontua que os policiais "pretos" eram ainda mais violentos, o que evidencia a profundidade do racismo institucional.

Encerra-se esta subseção pontuando que mesmo após a transição para o regime democrático ainda não foi possível alcançar a superação do racismo institucional, por isso atualmente a população negra permanece sendo alvo privilegiado da violência do Estado, seja de forma explicita a partir dos meios legais (e nem sempre desprovidos de razão) seja por meios indiretos (não propiciando acesso à educação, saúde e renda de qualidade) o que consideramos, neste artigo, muito mais grave.

Brazilian Journal of Development

5 DAS MULHERES

Com relação a violência sofrida pelas mulheres observa-se não apenas numa perspectiva voltada para a violência sexual, mas também para a percepção e compreensão de distintas experiências das mulheres enquanto vítimas de violação dos direitos humanos. Estão inclusas neste leque das mulheres que participaram de movimentos de resistência até às que tiveram familiares mortos ou desaparecidos.

Neste sentido, Nicaise (2015) , colaboradora/pesquisadora da CEV-Rio, aponta que:

> O conjunto dos depoimentos evidencia como a violência de Estado foi estruturada, durante o regime militar, a partir das convenções sociais acerca dos papéis atribuídos aos homens e às mulheres, os quais diferenciam, hierarquizam e discriminam as pessoas, suas obrigações, oportunidades e liberdades. (2015, p. 137)

A autora argumenta que as mulheres que se enquadrassem como subversivas eram vistas como agentes que praticavam transgressões múltiplas, pois além das discordâncias ideológicas eram punidas por divergir da moral e bons costumes tradicionais hegemônicos. Nas palavras de Nicaise (2015):

> Por ousarem romper com os papéis de gênero da época, a luta das mulheres contra a ditadura foi encarada pelos agentes da repressão como multiplamente transgressora. Além da acusação de "terroristas" e "subversivas", que representavam uma ameaça à ordem do Estado, elas estavam, acima de tudo, transgredindo os papéis que tradicionalmente lhes eram designados – a saber, de dona de casa, mãe e esposa – ao ocuparem um lugar no espaço público convencionalmente destinado ao homem: a política. (2015, p. 138)

Os relatos de mulheres que foram torturadas apontam de forma contundente para uma postura desrespeitosa dos agentes da repressão com relação a elas, tanto na abordagem quanto na tortura, quando esta acorria. Os agentes muitas vezes expressavam seu desprezo pelas mesmas e as tratavam de forma inominável a despeito da acusação que alegassem ter motivado a abordagem/prisão.

Quanto aos Métodos de tortura e violência sexual são citadas formas diversas de "abordagem" nos interrogatórios: ameaças sexuais, insultos, nudez forçada, choques elétricos na vagina, nos seios, na língua, nas mãos (somados a golfadas de água fria), golpes no abdome, telefone sem fio, pau-de-arara, isolamento em solitárias, celas geladas, exposição a músicas e ruídos ensurdecedores, roleta russa, queimaduras de cigarro e de canos de descarga de motocicletas; eram sujeitas também a terem as costas pisoteadas, tomar pontapés, espancamento com cassetetes, uso de animais durante as sessões de tortura (cães lambendo feridas, baratas dentro da vagina, jacaré passeando pelo corpo desnudo), abusos sexuais e estupro com o corpo imobilizado.

Nicaise (2015) destaca que:

Brazilian Journal of Development

> O conjunto dos depoimentos coletados atesta que a tortura, longe de ser um ato de violência irracional, foi um instrumento de poder e dominação meticulosamente pensado, estudado e administrado por homens, agentes do Estado.
> Os corpos femininos, além de violados por meio de técnicas específicas, serviram como cobaias em aulas de tortura, ministradas a soldados do Exército, com o acompanhamento de médicos. (2015, p. 139)

Há ainda relatos de abortos forçados por agentes da repressão cientes da gravidez, além de casos de mulheres que foram esterilizadas de forma sistemática. Além disso, houveram mulheres que foram coagidas a partirem para o exílio e viverem sua gravidez e maternidade na clandestinidade em função de perseguição política.

Nicaise (2015) pontua que muitas das mulheres entrevistadas passaram anos em silêncio absoluto sobre as torturas e só tiveram coragem após cuidadoso trabalho de convencimento e acolhimento. O trecho a seguir demonstra um pouco do que a autora identificou com relação ao estado psicológico das testemunhas:

> Nos testemunhos das mulheres, na profusão de informações, no tom de voz, nas atitudes corporais, nas pausas, nas lágrimas e nos silêncios, transparece o fato de que, trinta anos após a redemocratização, a violência de gênero e sexual sofrida continua sendo um tema difícil de ser abordado. A saída do cárcere e o fim das torturas não representaram para as sobreviventes o cessar da dor gerada pelas violações sofridas. E se, originalmente, a tortura foi pensada e adotada pelos agentes da repressão como um método para fazer o "inimigo" falar, ela acabou por silenciar aquelas que não conseguem e/ou não querem acionar a memória dos traumas vividos. De acordo com os depoimentos coletados as lembranças das torturas sofridas se confundem nos labirintos da memória, aparecem em forma de "*flashes*", como "borrões" ou simplesmente se apagam. (2015, p. 146)

É notável que as cicatrizes que a repressão deixou nessas e em outras mulheres, que por discordâncias várias com relação à postura do Estado, foram além dos danos meramente físicos. As violações apontam danos físicos, morais, psicológicos e interrupção de projetos de vida há ainda muito a se fazer por estas e outras mulheres que sofreram e/ou sofrem por motivos semelhantes.

6 DOS HOMOXESUAIS

Outro caso aqui levantado é o dos homossexuais que, como evidenciado no documentário de Rita Moreira (1988) – Temporada de Caça – sofriam pelas posturas defensoras e permissivas de muitas pessoas com relação ao assassinato de vários homossexuais na cidade de São Paulo, já ao fim do período de governo militar sendo alvo privilegiado de violência. Muitos dos entrevistados no documentário dão razão aos assassinatos e colocam o outro (homossexual) como aberração, operando sua desumanização.

Embora a homofobia não tenha sido uma prática específica do regime militar, não havendo uma política de Estado formalizada e coerente no sentido de acabar com os homossexuais, houve

Brazilian Journal of Development

uma ideologia que justificava o golpe – o regime autoritário –, a cassação de direitos democráticos e outras violências, a partir de uma razão de Estado pautada em valores conservadores ligados à Doutrina da Segurança Nacional. Essa ideologia continha claramente uma perspectiva homofóbica, que relacionava a homossexualidade às esquerdas e à subversão. Acentuou-se, portanto, a representação do homossexual como nocivo, perigoso e contrário à família, à moral prevalente e aos "bons costumes".

Green e Quinalha (2015) apontam algumas medidas governamentais que evidenciavam um caráter institucional do preconceito contra relações homoafetivas no Estado brasileiro, mesmo antes da ditadura militar, quando destacam que:

> Adultos engajados em atos sexuais com outros adultos num local público poderiam ser indiciados por "ofender os bons costumes, com exibições impudicas, atos ou gestos obscenos, atentatórios do pudor, praticados em lugar público ou frequentado pelo público, e que, sem ofensa à honestidade individual de pessoa, ultrajam e escandalizam a sociedade." Essa previsão, revisada de um código penal anterior, criou bases legais para controlar qualquer manifestação pública de comportamento homoerótico ou homossocial. Com critérios abrangentes, a polícia e os juízes podiam punir ações "inapropriadas" ou "indecentes" que não se conformassem com construções heterocêntricas. Outra medida para regular manifestações públicas de homossexualidade era a de acusar pessoas de vadiagem. A polícia podia prender qualquer pessoa que não tivesse como provar sua subsistência ou domicílio certo, ou "prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes." (2015, p. 149)

Tais legislações deram aos agentes da repressão poder para abordar e encarcerar qualquer pessoa que demonstrasse publicamente características homoafetivas, ou seja, para os homens a feminilidade e para as mulheres a masculinidade; elementos estes, vale dizer, definidos de forma bem arbitrária.

Existiam influências nas Diretrizes de Segurança Nacional que condenavam a homossexualidade como imoral e como uma perversão – discursos médico-legais, ideias católicas tradicionais e valores conservadores sobre comportamento de gênero –, mas a visão de que a homossexualidade representava uma ameaça subversiva à sociedade brasileira permeava os escritos dos defensores do golpe de 1964 e do regime militar. Em vista disso, a ideologia defendida pelos militares constantemente associava, de maneira íntima, a homossexualidade com a subversão e com as ameaças da sociedade brasileira, tendo isso se materializado em políticas de perseguição dirigidas contra os segmentos LGBTTT.

Quanto ao caráter homofóbico do discurso da Ditadura Green e Quinalha (2014) afirmam que:

> A associação entre homossexualidade e subversão foi um dos conceitos básicos a sustentar a ideologia do regime militar e servir como justificativa para os vários tipos de repressão sobre a sociedade brasileira e, especificamente, a gays, lésbicas e travestis nos anos 1960 e

Brazilian Journal of Development

> 1970. Essa ideologia, que foi adotada oficialmente pelo Estado durante a ditadura em nome da segurança nacional, tem as suas origens nas ideias integralistas e católicas ultraconservadoras dos anos 1930. Por exemplo, no seu livro Maquiavel e o Brasil (1931), Octávio de Faria alegou que a homossexualidade e a feminilidade constituíam grandes ameaças ao país. Ele atacou o "desregramento sexual dos apologistas de Sodoma de nossos dias", insistiu que esse comportamento era responsável pelas desordens na civilização Ocidental e fez uma ligação entre homossexualidade e bolchevismo. Em 1937, o líder integralista Gustavo Barroso publicou o livro Judaísmo, maçonaria e comunismo, também relacionando subversão à homossexualidade, ampliando os seus ataques ao "marxismo judaico" e argumentando que "a sodomia ou homossexualismo era um hábito atribuído aos judeus e nisso se celebrizaram Sodoma e Gomorra". (2014, pp. 301-302)

Em fins dos anos 1960 e começo dos 1970, os ideólogos ampliaram o raciocínio sobre os perigos da homossexualidade e a associaram a um submundo de degenerados – "pederastas", alcoólatras, prostitutas e outros desviantes e não conformistas – que representavam uma ameaça à segurança nacional.

É importante pontuar a discriminação no que se refere ao direito ao trabalho, muitos foram os casos de homossexuais exonerados em função de seus gostos afetivos. Evidencia-se neste trabalho um dos casos mais conhecidos e do qual se tem amplo registro por estar no escopo das ações explícitas do Estado que é a cassação de 15 diplomatas sob a justificativa de "prática de homossexualismo, incontinência pública escandalosa". Sobre isso Green e Quinalha (2014) comentam que:

> Chegou a ser constituída uma Comissão de Investigação Sumária, criada por Magalhães Pinto, que buscou punir pessoas às quais eram atribuídas "prática de homossexualismo", "incontinência pública escandalosa", "embriaguez", "instabilidade emocional", "uso de entorpecentes", além de funcionários considerados perigosos para a segurança nacional. Mantido em segredo há 40 anos, o relatório da comissão confirma que o ódio contra homossexuais foi o fator mais determinante na escolha dos cassados. Dos 15 pedidos de demissão de diplomatas, sete foram justificados com as seguintes palavras: "Pela prática de homossexualismo, incontinência pública escandalosa". (2014, p. 304)

Por fim, vale ressaltar a questão da censura de várias obras que tratavam ou traziam em seu escopo situações ou discussões sobre relacionamentos homoafetivos. Os preconceitos homofóbicos enraizados na ideologia anticomunista e moralista adotada pelo regime militar permeavam todos os espaços nos quais o estado de exceção operava. Ainda que houvesse a censura da imprensa e de outros meios de comunicação e expressão antes do golpe de 1964, a preocupação em "moralizar o país" recrudesceu a intervenção do Estado no controle da cultura sob diversos aspectos. Destacamos o caso da escritora Cassandra Rios que teve 36 obras censuradas sob acusações que iam sempre no sentido de que seus textos continham conteúdo imoral e aliciavam o leitor à homossexualidade.

Brazilian Journal of Development

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista do que foi discutido até aqui pode-se apontar a existência de uma política de Estado, por parte do governo militar, baseada em forte lógica de suspeição viabilizadora de práticas epistemicidas para com minorias representativas históricas (homossexuais, negros, representantes da esquerda política, entre outras) no sentido de transforma-las em inimigo da sociedade, empreendendo assim a desumanização de tais grupos. Ressalta-se, no entanto, que nem sempre tais políticas foram instauradas oficialmente (de forma explícita), mas que podem ser percebidas em discursos tanto dos oprimidos quanto dos opressores.

Fica evidente que o Estado brasileiro, durante o governo militar, incitou por meio de propagandas, representantes e servidores práticas discriminatórias e posturas hostis entre os cidadãos; além disso, conduziu e praticou atos de violência diversos promovendo o desrespeito aos direitos humanos. Estas práticas só foram possíveis em função da criação (artificial) de um ambiente de medo e suspeita irrestritos levando as pessoas a praticarem atos de violência que normalmente não levariam à cabo.

Pode-se apontar também o aspecto mais subjetivo da agressão perpetrada pelo referido governo e seus agentes aqui posto no termo epistemicídio. Sendo essa uma prática de desrespeito e desumanização da pessoa humana ao desvalorizar formas de pensar outras e, por conseguinte, retirar de parcelas da população o reconhecimento como seres pensantes. É invariavelmente inadequada para um Estado democrático e que tem por função precípua a melhora das condições de vida para toda a população a quem representa promover tais atitudes.

Em suma, podemos identificar como práticas epistemicidas quaisquer práticas que por meios violentos, sejam estes físicos ou não, procure retirar a autonomia e independência de pensamento de outros. Algumas características dessas práticas são a forte presença de preconceitos, ou seja, ideias ou pressupostos que tem origem na falta de informação ou em uma concepção hierárquica do conhecimento (da noção de superiores e inferiores); a perpetuação de desigualdades sociais, econômicas, políticas, culturais, psicológicas, etc.; o caráter violento, uma vez que sempre ocorrem na forma de algum tipo de violência, seja esta de caráter simbólico (como ofensas, humilhações, etc.) ou de caráter material (agressão, desapropriação, privação de liberdade ou mesmo a morte).

Enfim, são diversos os relatos e documentos governamentais – de entrevistas, cartas, diários à relatórios, documentos de exoneração, afastamento e até mesmo internação em casas psiquiátricas – que atestam as violências sofridas com justificação em critérios epistemicidas, ou seja, diretamente voltados a discriminação e desumanização do outro.

Brazilian Journal of Development

Encerramos o texto ressaltando a importância de pôr em evidência a existência de práticas epistemicidas na ditadura, mas também no fato de que resquícios dessas práticas permanecem na atual sociedade brasileira, pois não podemos permitir que esse tipo de prática que deslegitima a luta pela igualdade de condições entre os diferentes e/ou justificam a violência contra grupos marginalizados (historicamente sofredores de violência física e simbólica) seja mantida.

Especialmente em um momento como o atual, em que nos deparamos – com a ascensão de forças políticas conservadoras e economicistas que tem por prática ignorar as desigualdades sociais e o preconceito que essas mesmas desigualdades alimentam[4] –, não se pode permitir o retorno de uma lógica pautada no medo (essencialmente artificial, em grande medida criado pela mídia) que torna as pessoas, mesmo as bem intencionadas, alvo fácil de manobras políticas que pouco as beneficiam e frequentemente as prejudicam. E que enfim possamos, em futura não tão distante, deixar de ser o único grande país da América do Sul que deixou de punir adequadamente os agentes de uma inegavelmente perniciosa ditadura militar.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. **O perigo de uma única história**. TED: 2015.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. Editora Vozes Limitada, 2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion et al. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de janeiro: Campus, v. 1, n. 997, p. 508, 1997.

CARNEIRO, A. Sueli. Do epistemicídio. In **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese de Doutorado, 2005, p.96-124.

FICO, C. **Ditadura Militar**: mais do que algozes e vítimas. (T. &. Argumento, Entrevistador). 24 de julho de 2013.

GREEN, J. N., & QUINALHA, R. Texto 7 - Ditadura e Homossexualidades. In: BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade** - Relatório - Volume II - Textos Temáticos. Brasília: CNV, 2014. Disponível em http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%207.pdf. Acesso em 4 de abril de 2019.

GREEN, J. N., & QUINALHA, R. Capítulo 11 - Homossexualidades, repressão e resistência durante a ditadura. In: RIO DE JANEIRO (Estado). **Comissão da Verdade do Rio**: Relatório. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

[4] Ao possibilitar que não encaremos os outros como iguais, humanos como nós, e nos induza a enxergar o outro como uma espécie de "subgente", inferior e indigna.

MAGALHÃES, Marionilde D. de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar**. Rev. bras. Hist**. vol. 17 n.34 São Paulo 1997.

MOREIRA, Rita. Documentário: **Hunting Season** - Temporada de Caça (24min.), 1988. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=rjan_Yd0C5g. Acesso em 4 de abril de 2019.

NICAISE, N. Capítulo 10 - Mulheres na luta contra a ditadura: o terror do Estado e a violência sexual. In: RIO DE JANEIRO (Estado). **Comissão da Verdade do Rio**: Relatório. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

LIMA, Lucas Pedretti. **Dançando sob a mira do DOPS**: bailes soul, racismo e ditadura nos subúrbios cariocas nos anos de 1970 disponível em http://www.historiadaditadura.com.br/destaque/dancando-sob-a-mira-do-dops-bailes-soul-racismo-e-ditadura-nos-suburbios-cariocas-nos-anos-1970/. Acesso em 4 de abril de 2019.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Colorindo memórias: ditadura militar e racismo. In: RIO DE JANEIRO (Estado). **Relatório / Comissão da Verdade do Rio**. – Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

VERDADE, Coletivo Mais. Capítulo 4 - a ditadura como implementação de um modelo de desenvolvimento. In: RIO DE JANEIRO (Estado). **Comissão da Verdade do Rio**: Relatório. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.